STJ00119137

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PRESCRIÇÃO e DECADÊNCIA

3ª edição

revista, atualizada e reformulada

gen | Editora FORENSE

STJ00119137

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *24.10.2023*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2024 *by*
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Daniel Kanai

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355p
Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Prescrição e decadência / Humberto Theodoro Júnior. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2024.

424 p.; 24 cm.

Inclui bibliografia
Índice alfabético-remissivo
ISBN 978-65-5964-905-1

1. Direito civil – Brasil. 2. Decadência (Direito) – Brasil. 3. Prescrição (Direito civil). I. Título.

23-86666 CDU: 347.131.2(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Respeite o direito autoral

Sumário

Capítulo I Da Prescrição e da Decadência 1

1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos 1
2. Prescrição e decadência 2

Capítulo II - Da Prescrição 5

3. A prescrição como extinção da pretensão 5
4. Visão histórica 9
5. Não é o direito que prescreve 11
6. Fundamento da prescrição 14
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade 16
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória 24
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais 26
10. Requisitos da prescrição 27
11. A má-fé não é requisito da prescrição 28
12. Contagem do prazo prescricional 28
    - 12.1. A *actio nata* no direito brasileiro e no STJ 30
    - 12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações 36
    - 12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema 39
    - 12.4. Prazo para propositura da anulatória 59
    - 12.5. Ônus da prova 59
13. Efeitos da prescrição 60
14. Ação, pretensão e exceção 62
15. Prescritibilidade das exceções 63
16. Direito comparado 66

Capítulo III - Da Renúncia à Prescrição 67

17. Renúncia à prescrição 67

STJ00119137

18. Renúncia expressa e renúncia tácita 69
18.1. Inaplicabilidade da renúncia tácita do art. 191 do CC em desfavor da Fazenda Pública 72
19. Capacidade para renunciar à prescrição 72
20. Efeito da renúncia 73
21. Renúncia prejudicial a terceiros 74
22. Ação do terceiro prejudicado 74

Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocação da Prescrição 77
23. Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição 77
23.1. A interpretação das regras pertinentes à prescrição 77
24. A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro 78
25. Momento de exercer a exceção de prescrição 79
26. Arguição em recurso extraordinário ou especial 83
27. Prescrição da execução 84
27.1. Prescrição na fase de liquidação de sentença 86
27.2. Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública 87
27.3. Título executivo judicial que dá origem à execução de obrigação de fazer e de pagar 89
28. Prescrição da execução civil da sentença penal 90
29. Acolhida judicial da prescrição *ex officio* 92
30. Declaração *ex officio* da prescrição intercorrente em execução fiscal 93
31. A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002 94
32. Arguição pelo Ministério Público 95
33. Arguição pelo curador 95
34. A possibilidade de declaração *ex officio* da prescrição 95
35. A sistemática da prescrição no Código Civil de 2002 97
36. As regras do CPC/2015 quanto ao tema 102
37. Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador processual 104
38. Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil 107

Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorrência da Prescrição 109
39. Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes 109
40. Os absolutamente incapazes 110
41. Relativamente incapaz que não tem representante legal 111

STJ00119137

42. Representante de pessoa jurídica 111
43. A prescrição em face dos sucessores 112
44. Prescrição a favor do sucessor 113
44.1. Prescrição em caso de sub-rogação 114

Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição 117
45. Obstáculos ao curso da prescrição 117
46. As causas de impedimento ou suspensão 117
47. A suspensão da prescrição por força maior 118
47.1. A suspensão e o impedimento da prescrição durante a pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020) 120
48. A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão 121
49. Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais 122
50. Cônjuges 122
51. Cônjuges separados 123
52. Ascendentes e descendentes 125
53. Tutela e curatela 126
54. Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral 126
55. Os absolutamente incapazes 127
55.1. Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade 129
55.2. Prazos decadenciais 131
56. Os ausentes do País 131
57. Serviço de guerra 132
58. Impedimento objetivo da prescrição 132
59. Condição suspensiva 133
59.1. O *pactum de non petendo* 134
60. Prazo vencido 137
61. Impedimento da prescrição pela evicção 138
61.1. Prazo prescricional da evicção 139
62. A ação civil e a ação penal 140
63. Os credores solidários e a suspensão da prescrição 143

Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição 145
64. Interrupção da prescrição 145
65. Causas naturais de interrupção 146
66. Oportunidade da interrupção 146

STJ00119137

67. Unicidade da interrupção 147
68. Causas de interrupção 150
69. Citação ou a juizamento da ação 151
70. Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação 151
70.1. Regras processuais a observar 153
70.2. Prazos do CPC 155
70.3. Suprimento da citação 156
70.4. Extinção do processo sem resolução do mérito 157
70.5. Citação pessoal e outras formas de citação 158
70.6. Citação e mora pré-constituída 159
70.7. A interrupção da prescrição em hipótese de medida provisória antecedente 161
70.8. Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação 162
71. Protesto judicial 167
72. Protesto cambial 168
72.1. Interpelação extrajudicial 170
73. Apresentação do título de crédito em juízo sucessório 171
74. Apresentação do título de crédito em concurso de credores 171
75. Ato judicial de constituição em mora do devedor 173
76. Reconhecimento do direito pelo devedor 175
77. Retomada da prescrição 177
78. Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito 178
78.1. Quando a citação não interrompe a prescrição 181
78.2. Liminar que inibe a ação do credor 181
79. Prescrição intercorrente 182
79.1. A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015 184
79.2. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015 187
79.3. Prescrição intercorrente e morte do credor 189
79.4. Prescrição intercorrente no processo de conhecimento 191
80. Legitimação para promover a interrupção da prescrição 193
81. Limites subjetivos da interrupção da prescrição 195
82. Obrigações solidárias 195
83. A morte do devedor solidário 196
84. Fiador 197
85. Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição 199
86. Limites objetivos da interrupção 201

STJ00119137

Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades 203

87. Inovações 203

87.1. A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor 204

87.2. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor 206

87.3. A prescrição na arbitragem e mediação 210

87.4. A prescrição na Lei de Defesa da Concorrência 213

88. Regime da prescrição do crédito tributário 214

88.1. O regime da prescrição em face da execução fiscal 218

88.2. Prescrição na execução contra a Fazenda Pública 223

88.2.1. Cancelamento do precatório e prescrição da execução contra a Fazenda Pública 224

88.2.2. Prescrição da pretensão ao ressarcimento de danos havidos em razão dos desfalques em conta individual vinculada ao Pasep 225

89. O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas 227

89.1. Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho 227

89.2. Regra geral dos prazos prescricionais 227

89.3. Prescrição relativa a acidente de trabalho 228

89.4. Prescrição relativa às verbas de FGTS 229

89.5. Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas 230

89.6. Interrupção da prescrição 231

89.7. Prescrição intercorrente 232

90. A prescrição e o direito intertemporal 233

90.1. A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal 237

90.2. Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis 238

Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil 241

91. Prazo ordinário de prescrição 241

92. Ações reais e ações pessoais 242

93. Responsabilidade contratual 244

93.1. Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual 248

94. Cálculo do prazo 251

94.1. Definição do termo inicial 251

95. A redução da prescrição e o direito intertemporal 253

STJ00119137

96. Prescrição ânua 254
97. Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento 255
98. Contrato de seguro 255
98.1. Seguro de responsabilidade civil 256
98.2. Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro 258
98.3. Seguro em grupo 259
98.4. Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição 260
98.5 O posicionamento do STJ sobre o tema 261
98.6. Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC 262
98.7. Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro 262
98.8. A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor 266
98.9. Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros 267
99. Custas, emolumentos e honorários 273
100. Perito avaliador 274
101. Liquidação da sociedade 274
102. Pensão alimentícia 275
102.1. Pensão alimentícia solvida por terceiro 276
102.2. Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito 277
103. Aluguéis de imóveis 277
104. Rendas temporárias ou vitalícias 278
105. Juros, dividendos e prestações acessórias 279
105.1. Correção monetária 281
106. Enriquecimento sem causa 281
107. Repetição de indébito 282
107.1. Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa 283
107.2. Observações conclusivas 285
107.3. Alguns julgados do STJ sobre o tema 286
108. Reparação civil do dano *ex delicto* 294
108.1. Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos 296
108.2. Dano ocorrido após a relação trabalhista 297
109. Restituição de lucros ou dividendos indevidos 297
110. Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais 298

STJ00119137

110.1. Fundadores da sociedade anônima 299
110.2. Administradores e fiscais 299
110.3. Liquidante 300
111. Títulos de crédito 300
111.1. Títulos cambiários e cheque 301
111.2. Debêntures 305
112. Beneficiário do seguro 306
113. Prescrição entre tutor e pupilo 308
114. Dívidas líquidas documentadas 309
114.1. Jurisprudência do STJ sobre o tema 309
115. Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores 312
115.1. Honorários advocatícios 313
116. Recuperação das despesas processuais 314

Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais 317
117. Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos 317
117.1. Prescrição de reparação por desapropriação indireta 324
117.2. Reparação ao erário 326
117.3. Ação de indenização contra a Administração Pública 331
117.4. Prescrição dos benefícios previdenciários 336
117.5. Prescrição na Lei de Improbidade Administrativa 337
118. Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial 340

Capítulo XI – Da Decadência 345
119. O regime velho 345
120. O regime do atual Código Civil 345
121. A virtude da solução encontrada pelo Código Civil 347
122. Conexão do direito material com o direito processual 349
123. Fundamento da decadência 350
124. Direito intertemporal 351
125. Decadência e direito adquirido 351
126. A fatalidade do prazo de decadência 353
127. O termo final do prazo de decadência 355
128. A decadência no âmbito do direito processual 364
128.1. Prescrição e decadência nas relações de consumo 368

STJ00119137

129. Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais 370
130. Decadência e pessoa jurídica 371
131. Renúncia da decadência 372
132. Decretação da decadência *ex officio* 373
133. Decadência convencional 375
134. Julgamento de improcedência liminar do pedido 376
135. Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência 376

Índice Alfabético-Remissivo 385

Bibliografia 393